

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO SETOR DE LICITAÇÕES
DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO
FRANCISCO E DO PARNAÍBA- CODEVASF**

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025

A METALÚRGICA PERPÉTUO SOCORRO, inscrita no CNPJ nº 31.262.616/0001-64, sediada na Av. João Custódio, APM 08, 1º andar, Residencial Porto Seguro – Vila Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – Abadia – GO, Cep: 75345- 000, Por seu representante legal, Sr. JOAQUIM JOSÉ GALVÃO, portador da carteira de identidade Nº RG 1115101 e CPF Nº 040.336.711-53, com e-mail: metalurgicaperpetuo@gmail.com, vem à presença de Vossa Senhoria, a fim de apresentar

CONTRARRAZÕES

Apesar de reconhecer a competência, honestidade e conhecimento do Ilmo. Pregoeiro, a Contrarrazoante vem apresentar fatos pelos quais, no caso, sua decisão pode ser levada ao equívoco, merecendo a devida atenção.

DOS FATOS E DO DIREITO

No dia 02 de julho de 2025 foi aberto as propostas do Edital de Pregão Eletrônico nº 90011/2025, para registro de preços, como consta em edital. Sendo esta Contrarrazoante foi declarada vencedora do certame, tendo cumprido com todas as exigências do edital.

Enfatiza-se que o certame ocorreu respeitando todas as legalidades necessárias para concretizar o processo licitatório e tendo sido o resultado divulgado ainda no mês de julho deste corrente ano.

O simples fato de apresentarmos melhor proposta, e cumprir com todas as exigências de habilitação, suscitou para que a empresa concorrente, FORZA DISTRIBUIDORA LTDA, interpor recurso administrativo fazendo apontamentos para tentar afastar a correta decisão que declarou esta como **HABILITADA**, como iremos comprovar.

O nobre concorrente alega em seu recurso como principal motivo para ato recursal:

I. MOTIVO

I – DOS FATOS E DO DIREITO

O edital – lei interna da licitação – estabeleceu, como condição impeditiva substancial:

3.4. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas: (...) b) Empresas que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com a Codevasf e que tenham sido **declaradas inidôneas pela União**, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

Daí a necessidade objetiva de **desclassificar a empresa *Metalúrgica Perpétuo Socorro Ltda.*, ora recorrida, em face da existência de declaração de inidoneidade aplicada pelo Tribunal de Contas da União, pelo período de 2 (dois) anos, em razão de fraude à licitação.**

A representação que deu origem ao processo foi apresentada por esta empresa *Forza Distribuidora*, requerendo, de início, a concessão de medida cautelar, devidamente concedida pelo TCU, determinando ainda, a suspensão de aquisições e pagamentos à licitante, por meio do Acórdão 31/2024-TCU-Plenário (peça 2).

A recorrida com o único intuito de atrasar e dificultar o andamento do processo fez um recurso totalmente ultrapassando, além de ter conhecimento de todas as mudanças jurídicas ocorridas, já que a mesma é parte interessada no processo do TCU, como foi provado pela mesma neste ato recursal. De fato, fomos declarados inidôneos por um curto período de tempo, até que o órgão responsável pelo processo reconsiderou seus atos sobre o caso, assim suspendendo a nossa inidoneidade, e declarando está apta a licitar e ser contratada pelos entes federativos.

Para de fato comprovar, está anexada junto a esta contrarrazão, certidão de idoneidade emitida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), acrescentamos ainda que tal certidão pode ser acessada por qualquer interessado diretamente no site do próprio órgão, assim é objetivo que a empresa foi extremamente omissa quanto toda a documentação comprobatória de nossa regularização e das mudanças feitas ao longo do processo com o TCU.

De acordo com o fato já exposto, vale citar que a própria CODEVASF com a mudança do entendimento pelo TCU voltou atrás de sua decisão que desclassificou está que contrarrazoa, reclassificando-a nos lotes 3 e 7, do pregão

eletrônico nº 90035/2024, que ocorreu no dia 07 de outubro de 2024. Segue imagens retiradas do processo licitatório:

DA DESCLASSIFICAÇÃO:

Mensagem do Pregoeiro

Item 3

Para 31.262.616/0003-26 - Portanto, diante do exposto, concluímos pela inabilitação da empresa METALURGICA PERPETUO SOCORRO LTDA, CNPJ: 31.262.616/0003-26 para os itens 03 e 07.

Enviada em 14/10/2024 às 11:11:18h

Mensagem do Pregoeiro

Item 3

Para 31.262.616/0003-26 - Art. 38. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela empresa pública ou sociedade de economia mista a empresa: V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

Enviada em 14/10/2024 às 11:10:58h

DA RECONSIDERAÇÃO DA INABILITAÇÃO:

Mensagens

Mensagem do Pregoeiro

Em virtude da determinação do Tribunal de Contas da União no referido acórdão, e com base na decisão da Codevasf em dar continuidade ao julgamento dos itens 03 e 07, iniciaremos os trâmites para retroagirmos à fase de análise dos documentos de habilitação da licitante Metalúrgica Perpétuo Socorro nos itens 03 e 07.

Enviada em 18/06/2025 às 10:15:14h

Mensagem do Pregoeiro

[...] uma vez que o referido acórdão condenatório não havia transitado em julgado, nem a empresa estava incluída no Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas (CEIS)."

Enviada em 18/06/2025 às 10:12:23h

Mensagem do Pregoeiro

9.3.1. inabilitação indevida, relativamente aos lotes 3 e 7 do Anexo I do Termo de Referência (TR) do edital, da licitante Metalúrgica Perpétuo Socorro Ltda. (CNPJ 31.262.616/0009-11), ao considerar a empresa impedida de participar de licitações públicas, com fundamento no Acórdão 1483/2024-Plenário, em afronta ao art. 34, § 2º, da Lei 8.443/1992. [...]

Enviada em 18/06/2025 às 10:12:58h

Mensagem do Pregoeiro

[...] nos referidos lotes (Metalúrgica Perpétuo Socorro Ltda.) e informe o TCU sobre os encaminhamentos realizados, em razão da seguinte irregularidade:

Enviada em 18/06/2025 às 10:12:23h

Mensagem do Pregoeiro

"9.3. determinar à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que, no prazo de 15 (quinze) dias, resolvendo dar continuidade ao julgamento dos lotes 3 e 7 do PE-SRP 90.035/2024, retroaja o certame para a fase de análise dos documentos de habilitação da licitante cujas propostas foram classificadas inicialmente em primeiro lugar [...]

Enviada em 18/06/2025 às 10:12:09h



E reforçamos ainda mais o argumento da ciência da empresa FORZA DISTRIBUIDORA LTDA, já que a mesma também era participante de tal licitação, como pode se observar abaixo:

31.262.616/0003-26 <i>Adjudicada</i>	METALURGICA PERPETUO SOCORRO LT. PR	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 441.000.0000 -
19.111.055/0001-05 <i>Desclassificada</i>	TAGUASERVICE DISTRIBUIDORA DE CA. DF	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 444.765.0000 -
09.276.679/0001-10 <i>Inabilitada</i>	AUTO LIBANO CAMINHOS LTDA GO	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 450.000.0000 -
02.212.918/0001-20 <i>Inabilitada</i>	BELCAR CAMINHOS E MAQUINAS LTDA GO	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 464.000.0000 -
36.519.422/0001-15	IVG BRASIL LTDA MG	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 472.625.0000 -
06.020.318/0001-10	VOLKSWAGEN TRUCK & BUS INDUSTRI. SP	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 490.900.0000 -
51.552.005/0001-68 <i>ME/EPP</i>	NOVO HORIZONTE COMERCIO E SERVI. GO	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 508.000.0000 -
28.567.438/0001-75	TECAR DIESEL CAMINHOS E ONIBUS L. GO	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 509.000.0000 -
63.411.623/0021-10	MARDISA VEICULOS S/A DF	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 530.100.0000 -
46.135.499/0001-45	FORZA DISTRIBUIDORA LTDA GO	Valor ofertado (unitário) Valor negociado (unitário)	R\$ 539.000.0000 -

Fica explícito a intenção da empresa recorrida, e comprovado a situação regular desta, METALURGICA PERPETUO SOCORRO, perante aos órgãos responsáveis.

Fica ainda assegurado pelo Código Penal Brasileiro, em seu artigo 339, *caput*, ser crime uma denúncia caluniosa:

Art. 339. Dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente: (Redação dada pela Lei nº 14.110, de 2020)

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, pleiteia-se respeitosamente à V. Sra. que seja conhecido a presente contrarrazão, e no mérito julgado procedente:

- A) Indeferimento do recurso da empresa, FORZA DISTRIBUIDORA LTDA;
- B) o seguimento de CLASSIFICAÇÃO dessa empresa, sendo claro que não houve qualquer afronta ao edital ou a lei, muito menos a decisões e restrições impostas por órgãos superiores.
- C) que seja encaminhada à autoridade superior competente a conduta da Recorrente, que, de maneira irresponsável e com alegações sabidamente falsas, tentou atribuir à presente empresa atos fraudulentos, numa clara tentativa de desacreditar sua imagem. Tal postura fere diretamente os princípios da boa-fé, da moralidade e da isonomia que devem nortear o processo licitatório, sendo necessária a apuração dos fatos e, se for o caso, a responsabilização devida.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Abadia de Goiás, 11 de julho de 2025.

METALURGICA PERPETUO SOCORRO EIRELI – CNPJ: 31.262.616/0001-64